

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO AIKIDO
N.º CP/12/FPA/2017



Entre:

1. A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE AIKIDO, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido por Despacho n.º 10358/2013, de 3 de Julho do Secretário de Estado do Desporto e Juventude, com sede na Rua de Coimbra, 59 -3.º Dto, Carcavelos, 2775-539 Carcavelos, NIPC 502477350, aqui representada por Miguel Luís Ferreira Sendim, na qualidade de Presidente, adiante designada por **1.º OUTORGANTE**.

2. A UNIÃO NACIONAL DE BUDO PORTUGAL, pessoa coletiva de direito privado, com sede na Rua Norte Júnior, Lote 231, 5.º E., 1950-206 Lisboa, NIPC 513010173, representada por Luis Fernando Carreira Pereira Miguel, na qualidade de Presidente, adiante designada por **2.º OUTORGANTE**.

Nos termos do artigo 7.º Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro - Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo – que regula as comparticipações financeiras concedidas às associações desportivas é celebrado um contrato para o Desenvolvimento do Aikido que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª
Objeto do contrato

Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira à execução do **Programa para o Desenvolvimento do Aikido** que o **2.º OUTORGANTE** executou no decurso do ano de 2017, nos termos do seu **Plano de Actividades e Orçamento** para o referido ano.

CLÁUSULA 2.ª
Período de execução do programa

O período de execução do programa objeto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato-programa termina em 31 de Dezembro de 2017.

CLÁUSULA 3.ª
Comparticipação financeira

A comparticipação financeira a prestar ao **2.º OUTORGANTE**, para apoio exclusivo à actividade referida na cláusula 1.ª, é fixada em 282,00 euros para efeitos do presente contrato, deduzidos de quaisquer quantias devidas ao **1.º OUTORGANTE**.

CLÁUSULA 4.ª
Disponibilização da comparticipação financeira

A comparticipação referida na cláusula 3.ª será disponibilizada pelo **1.º OUTORGANTE** após transferência, pelo IPDJ, das verbas respeitantes ao apoio concedido por esta entidade no âmbito do Programa “Actividades Regulares”.

CLÁUSULA 5.ª
Obrigações do 2.º OUTORGANTE

São obrigações do **2.º OUTORGANTE**:

- a) Garantir a filiação na FPA e a existência de Seguro Desportivo para todos os seus praticantes, treinadores e dirigentes;
- b) Pagar a taxa anual no período previsto (Janeiro), não reter indevidamente as verbas entregues pelos praticantes para inscrição/renovação federativa e passar prontamente recibo ou declaração relativa a todas as quantias concedidas, a qualquer título, pela federação.
- c) Até 20 de Janeiro de 2018, enviar à FPA uma declaração do mediador (ou Seguradora) comprovando a existência de Seguro Desportivo para praticantes, treinadores e dirigentes, referida a 31 de Agosto de 2017, quando o mesmo não seja o contratado pela FPA;
- d) Até 20 de Janeiro de 2018, enviar o seu calendário de eventos a realizar em 2018, para publicitação no website da FPA e integração no calendário geral federativo 2018;
- e) Até 31 de Janeiro de 2018, enviar a lista de eventos efectivamente realizados em 2017, para incorporação de aspectos relevantes no relatório de gestão e contas federativo 2017;

CLÁUSULA 6.ª
Incumprimento das obrigações do 2.º OUTORGANTE

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula 8.ª, há lugar à suspensão das comparticipações financeiras por parte do **1.º OUTORGANTE**, quando o **2.º OUTORGANTE** não cumpra:

- a) As obrigações referidas na cláusula 5.ª do presente contrato-programa;
- b) As obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com o **1.º OUTORGANTE**;
- c) Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

2. Os pagamentos previstos na cláusula 4.^a são suspensos até que o 2.º **OUTORGANTE** regularize obrigações contratuais em falta e/ou reponha quaisquer verbas em dívida para com a federação.

CLÁUSULA 7.^a

Combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no género

O não cumprimento pelo 2.º **OUTORGANTE** do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no género, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo 1.º **OUTORGANTE**.

CLÁUSULA 8.^a

Dever de Tutela

Compete ao 1.º **OUTORGANTE** apoiar a execução do presente contrato, podendo promover, para o efeito, reuniões de trabalho e outras formas de coordenação com o 2.º **OUTORGANTE** que permitam identificar anomalias e determinar melhores formas de apoio.

CLÁUSULA 9.^a

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

CLÁUSULA 10.^a

Vigência do contrato

Sem prejuízo da satisfação das obrigações contratuais estabelecidas na cláusula 5.^a supra, o presente contrato termina em 31 de Dezembro de 2017.

CLÁUSULA 11.^a

Disposições finais

1. O presente contrato será publicitado no *website* da Federação Portuguesa de Aikido.
2. Os litígios emergentes da execução do presente contrato são submetidos a arbitragem nos termos da lei.
3. Da decisão cabe recurso nos termos da lei.

Assinado em Carcavelos, em 27 de Dezembro de 2017, em dois exemplares de igual valor.

O Presidente da Federação Portuguesa de Aikido



(Miguel Luís Ferreira Sendim)

O Presidente da União Nacional de Budo Portugal



(Luis Fernando Carreira Pereira Miguel)